



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

Cruz Collares-da-Rocha, Julio Cesar; Alves de Souza Filho, Edson
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PECADO SEGUNDO GRUPOS RELIGIOSOS
Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 1, 2014, pp. 235-244
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309330671025>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO PECADO SEGUNDO GRUPOS RELIGIOSOS

REPRESENTACIÓN SOCIAL DEL PECADO SEGÚN GRUPOS RELIGIOSOS SOCIAL REPRESENTATION OF SIN ACCORDING TO RELIGIOUS GROUPS

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha e Edson Alves de Souza Filho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi estudar as representações sociais do pecado segundo grupos religiosos. Para tanto, realizamos a coleta de dados por meio de questionário com questões relacionadas aos dados pessoais dos sujeitos e sobre suas representações sobre o que é o pecado. Participaram da pesquisa, 223 estudantes de Ensino Médio da cidade do Rio de Janeiro, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 30 anos, que se autodefiniram como Católicos, Evangélicos e Sem Religião. Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo. Quanto aos resultados, católicos e evangélicos representaram o pecado a partir do caráter prescritivo da moral, enquanto os sem religião o representaram em face do caráter desviante/criminoso. A representação social do pecado para o grupo dos sem religião, como desvio/crime, aponta para o desenvolvimento de uma ética secular, isto é, não-religiosa, capaz de enfrentar a pressão prescritiva da maioria.

Palavras-chave: representações sociais; pecado; religião; grupo religioso; psicologia social.

RESUMEN

Nuestro objetivo fue estudiar las representaciones sociales del pecado según grupos religiosos. Para ello, se colectaron los datos a través de un cuestionario compuesto de datos personales por la siguiente pregunta: ¿qué es el pecado? En la investigación participaron 223 estudiantes de la enseñanza media de la ciudad de Río de Janeiro, de ambos sexos, con edades entre 18 y 30 años, que se autodefinían como Católicos, Evangélicos y Sin Religión. Los datos fueron analizados mediante el análisis de contenido. En cuanto a los resultados, los católicos y los evangélicos representan el pecado desde el carácter prescriptivo de la moral, mientras que el Sin Religión lo representaron en la perspectiva del carácter desviado/ criminal. La representación social del pecado para el grupo Sin Religión, desde el punto de desviación/delito, apunta al desarrollo de una ética secular, es decir, no religiosa, capaz de enfrentarse a la presión prescriptiva de la mayoría.

Palabras clave: representaciones sociales; pecado; religión; grupo religioso; psicología social.

ABSTRACT

The aim of this work was to study the social representations of sin according to religious groups. To this end, we collected data through a questionnaire including questions relating to personal data of the individuals and their representations of what is sin. The research involved 223 high school students from the city of Rio de Janeiro, of both sexes, aged between 18 and 30 years, who defined themselves as Catholics, Evangelicals and with no religion. Data were analyzed using content analysis. The results point out that Catholics and Evangelicals accounted sin from the prescriptive character of morality, while no religion represented sin in the face of deviant/criminal character. The social representation of sin for the group of no religion, as deviation from religion/crime, points to the development of a secular ethics, ie, non-religious ethics which is able to stand up to the prescriptive. pressure of the most.

Keywords: social representations; sin; religion; religious groups; social psychology.

Introdução

Este artigo refere-se a uma pesquisa destinada a conhecer as representações sociais do pecado, isto é, o conhecimento de senso comum acerca desse objeto social. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, apresentar os aspectos psicossociais destacados na discussão sobre a religião e o pecado. A concepção de pecado foi criada e difundida pela religião, que é a instituição “que regula as relações do homem com a divindade, ... com respeito à qual existe toda uma série de comportamentos indicados e toda uma série de comportamentos contra-indicados” (Baremblyt, 1996, p. 29).

Segundo Moscovici (1993, p. 444, tradução nossa) a religião é “o exemplo da forma mais cabal de um sistema de crenças”. Em face de um sistema de crenças regulador, Moscovici aponta que existe uma pressão que prescreve o que se deve e o que não se deve fazer em sociedade, com capacidade de produzir efeito moral: “é uma obrigação que nos é imposta pelos outros e que nós impomos a nós mesmos”. O autor afirma ainda que essa pressão se denomina “coação social” e que “a religião é o sinônimo dessa pressão” (1990, p. 37). A questão é saber até que ponto e de que maneira as religiões, sobretudo as de origem europeia, foram transformadas e internalizadas pelos brasileiros de diferentes meios sociais. Muitos autores trabalharam com sociedades em que o controle social é bem mais intenso, ao contrário do Brasil, onde tão vasto território levou a uma diferenciação social da experiência religiosa (Queirós, 1969), razão pela qual este assunto requer mais estudos psicossociais. Nesse sentido, Camargo (1971) já havia distinguido o catolicismo internalizado, cujos valores religiosos são aceitos pelo indivíduo de modo mais preciso e consciente, face ao tradicional, em que os meios (doutrinários e praxiológicos) são mantidos mais pelos costumes do que pela escolha racional entre várias opções, além de outras diferenças importantes.

Entre os elementos doutrinários das religiões cristãs está a noção de pecado, Vergote (2001, p. 128) sustenta que o pressuposto fundamental que embasa o conceito de pecado e sua teologia é a revelação monoteísta e que, neste contexto, a consciência do pecado se apoia na capacidade de ter uma consciência moral. Além disso, afirma que “a psicologia pode e deve dispensar sua iluminação própria à realidade teológica que é o pecado”. Acreditamos que o pecado, como realidade teológica, se inscreve no mundo, tornando-se também uma realidade social e psicológica.

A moral do pecado é de um modo geral a que prescreve ao homem, como obrigação primeira,

evitar a transgressão da lei divina. Ainda que, com o decorrer dos séculos, a moral corrente tenha substituído essa transgressão da lei divina pela transgressão da lei ética, secularizando na noção do pecado, ela conservou, entretanto, o caráter essencial de exigência normativa que essa noção implicava, ou seja o seu caráter negativo: não fazer o que é culpável. (Hesnard, 1971, p. 31)

Bezerra Junior (2001), tomando a noção de pecado numa acepção mais abrangente, o considera como “uma forma particular de hierarquização valorativa de comportamentos e atitudes” (p. 32) e, nesse sentido, pode ser pensada para além da religião. A noção de pecado está presente em toda forma de reflexão que ofereça uma *descrição* da natureza humana e uma prescrição dirigida à vida prática dos indivíduos, ou seja, que tenta explicar a complexidade da experiência humana e, ao mesmo tempo, indicar quais aspectos ou formas desse leque e possibilidades devem ser preservados ou incentivados. No caso do pecado cristão, os elementos estão diretamente ligados a um quadro no qual a relação de cada indivíduo para com Deus ocupa um lugar central (Bezerra Junior, 2001, p. 33).

Menninger (1975), ao estudar a sociedade norte-americana da década de 1970, verificou que a noção de pecado não desapareceu, mas passou a ser tratada no século XX em outros termos, seja como crime, sintoma ou como uma irresponsabilidade coletiva. Acreditamos que o sentido de pecado potencializa e é potencializado por “forças” como as leis, a moralidade, os bons costumes e até por concepções médicas/higiênicas, e que a Teoria das Representações Sociais pode contribuir para desvelar esse sentido.

A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi desenvolvida por Moscovici (1978) a partir do conceito de Representação Coletiva proposto por Durkheim (1996, 2004). Moscovici (1978) pretendeu explorar o conhecimento do senso comum, por acreditar que esse conhecimento é substrato das práticas sociais e, portanto, relevante conceito para a Psicologia Social. Este autor define representação social da seguinte maneira:

um sistema de valores, noções e práticas tendo uma dupla vocação. Primeiro, instaurar uma ordem que dê aos indivíduos a possibilidade de se orientar no ambiente social, material e dominá-lo. Em seguida, assegurar a comunicação entre os membros de uma comunidade ao lhes oferecer um código para suas trocas e para nomear e classificar de maneira unívoca

as partes de seu mundo, sua história individual ou coletiva. (Moscovici, 1984a, p. 11, tradução nossa)

Moscovici concebeu a Teoria a partir de sua célebre pesquisa sobre a Psicanálise que, na França da segunda metade do século XX, experimentava uma efervescente divulgação a partir do pós-guerra, a chamada “segunda onda”, quando a Psicanálise passou a ser mais apropriada por diversos grupos (religiosos, políticos, acadêmicos, entre outros) e pela imprensa.

Moscovici (1984b) explicita que as principais funções das representações sociais são a comunicação e a ação, e as funções secundárias são a coerção grupal e a coesão grupal. Segundo ele (1978), os processos envolvidos na formação de representações sociais são a ancoragem e a objetivação. Quanto à ancoragem, ela é responsável pela

penetração de uma representação entre as que já existem na sociedade, e lhe confere sentido e utilidade. Ela se torna assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e, o que não é nada, de nomeá-las. (Moscovici, 1990, p. 272)

Já a objetivação refere-se aos “conteúdos mentais dos indivíduos, seus julgamentos e suas ideias são separados e assumem um caráter externo” (Moscovici, 1990, p. 272).

É preciso frisar ainda que após a inauguração do campo de estudos de representações sociais outras vertentes da mesma teoria surgiram, entre as quais destacaríamos mais duas: a abordagem estrutural (Abric, 1994) e a societal (Doise, 1982). A primeira, diz respeito à importância das estruturas das representações sociais, no sentido de estas se organizarem em partes centrais e periféricas, em todos dinâmicos. Os conteúdos das representações sociais centrais tenderiam a ser resultado de ação/pensamento coletivo no ambiente normativo interno ao sujeito social, ao passo que os periféricos seriam mais consequência de ação/pensamento individual, em função de contextos normativos externos. A abordagem de Doise (1982), por sua vez, pretende inferir a sócio-gênese de representações sociais em função de aspectos simultaneamente individuais, interpessoais, intergrupais e ideológicos/sociais. Tal modelo supõe que a realidade psicológica macrossocial é multidimensional cabendo, entre outros procedimentos, recortes demográficos mais específicos, como se faz em estudos comparativos. Consideramos que existe complementaridade entre as abordagens acima mencionadas. Contudo,

acreditamos que até certo ponto a preocupação demográfica do fenômeno macrossocial formalizado por Moscovici foi levada adiante com a abordagem de Doise, ao passo que a contribuição de Abric e colaboradores foi mais no sentido de aprofundar, com muita propriedade, a dinâmica interna das representações sociais de cada sujeito social.

Em outro trabalho relevante, Moscovici (1988) ressalta que no ambiente urbano emergem indivíduos e grupos que buscam emancipação política e cultural, polemizando e lutando socialmente com os grupos mais poderosos, tanto no sentido demográfico do mais ou menos numeroso, quanto de valorização e reconhecimento social, frequentemente instáveis e desiguais. Nesse sentido, apesar de possuir uma base social extensa, a Igreja católica exerce pouca coerção sobre seus membros, preferindo amiúde atuar mais no espaço público, onde dispõe de grande visibilidade social.

Outra forma das religiões exercerem influência - especialmente em ambientes urbanos na era moderna, quando a luta social já não é apenas entre religiões - é por meio da absorção de conhecimentos acadêmicos, políticos, entre outros, como a psicanálise e o marxismo, visto que foram apropriados em certo momento da história por parte de ideólogos da Igreja, na França e em outros países. Mesmo assim, estudos bem conduzidos sobre a influência da Igreja na adoção de métodos anticoncepcionais no distrito de São Paulo indicaram que ela era muito menor do que se poderia pensar (Berquó et al., 1968, citado por Pierucci, 1978). Hoje podemos supor que exista uma certa penetração de conhecimentos psicológicos na sociedade, por meio de noções descritivas da vida interpessoal, por exemplo. Ademais, cresceu a importância da regulação social, oriunda da formulação legislativa e jurídica, que vai muito além das doutrinas e práticas de origem religiosa. Enfim, a queda da influência das religiões em algumas áreas do mundo tem implicado no aparecimento e crescimento, desde a Revolução Francesa, da presença de indivíduos sem religião, nas suas várias modalidades, também cabendo mais estudos psicossociais sobre esse tema.

A presente pesquisa comparou representações sociais de grupos religiosos em que a dialética maioria-minoria está presente, e entre os quais a natureza prescritiva das representações sociais pode surgir ou não. Isto é, consideramos que essa dimensão macrossocial, minoria-maioria, é importante para a compreensão do fenômeno a que nos propomos estudar.

Pesquisas de representações sociais no campo religioso

No panorama de pesquisas em representações sociais, o campo religioso ainda está pouco desenvolvido em relação a outras áreas da cultura. Gomes (2004) aponta a importância da Teoria das Representações Sociais para estudar o campo religioso como fenômeno complexo, em que a função do pesquisador não é testar a existência ou não do Sagrado, mas observar como o Sagrado é representado e contribui para a vida cotidiana. Nesse sentido, Guareschi (2004) discute a utilidade de pesquisar o tema da religião à luz da Teoria das Representações Sociais, e defende essa posição, em face das crenças se constituírem como uma das dimensões das representações sociais, e que o estudo das crenças deveria ser mais explorado pelos psicólogos. Moscovici (1989, p. 410, tradução nossa) destaca a religião como um dos fenômenos que “refletem as questões cruciais de nossos tempos, aquelas que deixam suas marcas na história de cada um e de todos nós”.

Dentre as primeiras pesquisas em representações sociais no campo religioso, destacamos o trabalho de Bello, Sá e Jodelet (1997) sobre a representação social e eficácia das práticas de cura na Umbanda e afins no Rio de Janeiro; a pesquisa de Sá, Bello e Jodelet (1998) investigando a representação social da cura na Umbanda; o trabalho de Paiva (1999) sobre a representação social da religião e as relações entre religião e ciência para pesquisadores/docentes universitários; e de Guareschi (2002) sobre a representação social do dinheiro entre neopentecostais.

Outras pesquisas foram desenvolvidas sobre o campo religioso, como a pesquisa de Lindeman, Pyysiäinen e Saariluoma (2002) que investigaram a representação social de Deus entre estudantes universitários na Finlândia. Carizio (2002) estudou a representação de Deus, da Igreja e do pastor – entre membros de igrejas evangélicas tradicionais e pentecostais – e a manipulação dentro de igrejas relacionado ao nível de consciência dessa manipulação. Sodré (2003) investigou a relação entre representação social e experiência, a partir da pesquisa sobre a alteridade, para conhecer o diálogo inter-religioso monástico – diálogo entre monges de diferentes religiões – a partir do testemunho dos monges envolvidos nessa prática. Lima (2004, 2007) investigou as representações sociais de psicólogos cristãos na prática terapêutica entre psicólogos que se identificam dessa maneira, isto é, atuam profissionalmente em Psicologia Clínica à luz da perspectiva cristã e estão vinculados a uma entidade

de classe representante da crença religiosa do grupo. Pinto Sobrinho e Madeira (2005) analisaram as representações sociais do sagrado/profano em grupos de oração da Renovação Carismática Católica e como os processos educacionais são desenvolvidos para produzir integração entre os participantes. Rocha e Souza Filho (2005) estudaram as representações sociais da religião e dos pais entre adolescentes evangélicos. Araújo (2005, 2007) e Araújo e Castro (2007) pesquisaram a memória e representações sociais do Santo Daime, a partir de entrevistas com membros antigos da doutrina e dos cânticos mais populares do hinário daimista. Rocha e Souza Filho (2007) investigaram as representações sociais da opção religiosa entre jovens segundo grupo religioso. Mariosa (2007) pesquisou a Memória e Representações Sociais de Práticas Religiosas de Matriz Africana na população negra de um bairro em Juiz de Fora. Neves, Pereira e Castro (2007) investigaram as representações sociais dos aspectos religiosos de crianças e adolescentes abrigados. Albuquerque (2009) analisou a representação social da perfeição na memória das personalidades do Espiritismo.

Estas são algumas das poucas pesquisas encontradas em que o campo religioso foi objeto de estudo a partir da Teoria das Representações Sociais. Parece-nos que ainda há muito a pesquisar nesse campo e os pesquisadores precisam estar sensíveis para reconhecer a importância da religião na vida social, não apenas de modo geral, mas especificamente nas relações entre grupos religiosos. A perspectiva teórica-metodológica desta pesquisa pretendeu dar conta do campo religioso enquanto fenômeno macrossocial marcado pelo debate entre sujeitos sociais que pretendem construir representações sociais, não somente em função de suas próprias visões e normas sociais mas, igualmente, em reação à copresença entre eles no espaço social de influência, tal como foi proposto por Moscovici (1978).

Método

Levando-se em consideração a relevância do significado de pecado sobre as formas de agir social, a partir da pesquisa, queremos responder a seguinte questão: quais as representações sociais do pecado segundo grupo religioso autodefinido entre jovens estudantes de escolas públicas? Temos a seguinte hipótese em relação aos grupos socioculturais da pesquisa empreendida: as representações sociais do pecado estão relacionadas à afiliação religiosa, diferenciando-se nos grupos, em especial, entre os evangélicos e os sem religião.

Observamos 223 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio de ambos os sexos, com idades entre 18 e 30 anos, nos turnos da manhã e da noite, em 11 Escolas Estaduais da Cidade do Rio de Janeiro situadas nos bairros do Rio Comprido, Estácio, Catumbi, Praça da Bandeira, Tijuca, Muda, Vila Isabel e Centro, para comparar as representações sociais entre grupos. Dos estudantes que participaram da pesquisa, 120 sujeitos se autodefiniram como católicos (C); 61 como evangélicos (E); e 42 como sem religião (SR). Os demais grupos religiosos foram pouco representativos, mesmo que tenhamos tentado captar no questionário dupla/múltipla opção religiosa – foi pedido que os entrevistados indicassem a religião principal e, também, as outras religiões que optavam/praticavam. Trabalhamos com os três grupos religiosos nas faixas etárias acima mencionadas em face da sua representatividade nas pesquisas demográficas disponíveis no período do nosso estudo como, por exemplo, o Censo demográfico 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2002) que revelou três grandes mudanças no campo religioso brasileiro em relação ao censo de 1991: a diminuição do percentual de católicos em 9,99%; o crescimento dos evangélicos em 6,45%; e aumento dos que se declararam “sem religião” em 2,6%, totalizando 73,77%, 15,5% e 7,4%, respectivamente. Outra informação importante para nosso estudo é que os jovens entre 15 e 24 anos representam 20,13% da população do País.

Quanto ao instrumento, utilizamos um questionário composto por perguntas abertas sobre “o que é o pecado”. Além disso, colhemos dados pessoais (idade, escolaridade, sexo, religião(ões)). O instrumento foi aplicado em sala de aula e de forma coletiva. Os dados coletados na pesquisa sofreram análise de conteúdo a partir de Bardin (2002), e agrupados segundo o grupo religioso autodefinido, com a finalidade de inferir a existência de diferentes representações entre eles. Para indicar a diferenciação grupal, destacamos os itens que apresentaram percentual maior que 20% em relação aos demais grupos analisados.

Na seção seguinte, apresentamos e explicamos os temas que surgiram para representar o pecado, acompanhado de exemplos de temas e alguns códigos de identificação dos sujeitos, sendo: quanto ao sexo – Feminino (f); Masculino (m); quanto à idade – variando de 18 até 30 anos; e quanto ao grupo religioso autodefinido – católicos (C); evangélicos (E) e sem religião (SR).

Os temas levantados na questão sobre “o que é o pecado” foram: Condutas contra entidade religiosa: tendo sido relatadas condutas contra entidades religiosas/espirituais, humanas ou transcendentais.

“Algo que é contra os mandamentos de Deus” (f, 18, C); “Abominável a Deus” (f, 18, E); “Errar perante Deus” (m, 19, SR). Aspectos religiosos gerais: em que foram indicados aspectos relacionados às diversas religiões, seus elementos, seus ritos, histórias, objetos sagrados, figuras e mitos. “Igreja” (f, 22, C); “Crucificação” (m, 24, E); “Incesto (no sentido religioso) [sic]” (f, 18, SR). Condutas interpessoais: em que foram descritas condutas sociais em relação a outras pessoas. “Mentira” (m, 20, C); “Traição” (m, 20, SR); “Tomar conta da vida dos outros” (m, 25, E). Crimes comuns/legislados: em que foram informadas condutas criminais legisladas ou contravenções, sejam elas expressas como ato ou intenção. “Roubo” (f, 18, N, SR); “Matar” (m, 23, M, C); “Assassinato” (f, 18, E). Condutas morais gerais: tendo sido citados aspectos morais/éticos e juízo de valor. “Coisa feia” (m, 29, SR); “Coisas ruins” (f, 18, C); “Algo cometido de errado” (f, 18, E). Estados subjetivos individuais: em que foram mencionados sentimentos e emoções. “Culpa” (f, 18, C); “Tristeza” (m, 18, E); “Arrependimento” (f, 19, SR). Consequências individuais/sociais: em que foram descritas consequências que podem acarretar à pessoa ou à sociedade. “Sofrimento” (m, 19, SR); “Uma forma de se machucar” (m, 24, C); “Leva a morte” (f, 19 M, E). Sem autocontrole individual/social geral: em que foram apontados aspectos relacionados à impossibilidade de controlar-se. “Algo que se faz sem pensar” (f, 18, C); “Não tem como não pecar” (m, 25, E); “Fraqueza” (f, 19, SR). Desvio a normas/regras favorável/neutro: quando foram citadas palavras ou expressões que revelam uma posição favorável ou neutra. “Maravilhoso” (f, 22, C); “Alguns pecados são bons” (f, 18, E); “Gostoso” (m, 22, SR). Desvio a normas /regras desfavorável: em que foram citadas palavras ou expressões que revelam uma posição desfavorável. “Horrível” (f, 21, C); “Traçoeiro” (f, 18, E); “Sujeira” (m, 21, SR). Aspectos socioculturais gerais: tendo sido citados aspectos relacionados à vida social e cultural. “Sexo” (f, 18, C); “Sexo anal” (m, 18, E); “Não ser Vasco” (m, 18, SR). Não pecado: em que ressaltou-se uma postura crítica. “Classificação de um ato” (m, 19, C).

Resultados e discussão

Na Tabela 1, as respostas para a questão sobre “o que é o pecado” apontam que os três grupos religiosos convergiram no tema “condutas morais gerais”. Os Católicos e os Sem Religião se destacaram no tema “condutas interpessoais”, enquanto Católicos e Evangélicos convergiram no tema “sem autocontrole individual/social geral”. Os Evangélicos se diferenciam dos demais grupos no tema “condutas contra entidades

religiosas”; os Católicos se diferenciam no tema “aspectos religiosos gerais”; e os Sem Religião se diferenciaram nos temas “crimes comuns/legislados”, “desvio a normas e regras desfavorável” e “desvio a normas e regras favorável/neutro”. É bom notar que dos temas usados pelos participantes para representar o “pecado”, apenas dois deles (23,3% das respostas) foram estritamente religiosos; todos os demais temas (76,7% das respostas) não mencionaram conteúdos religiosos.

Os grupos religiosos da pesquisa foram formados por 120 Católicos (C), 61 Evangélicos (E) e 42 Sem Religião (SR) – sendo importante informar que todos os sujeitos deste último grupo afirmaram acreditar em Deus, tornando-os, o que decidimos chamar para fins da presente pesquisa, um ‘grupo religioso não-institucionalizado’.

Além disso, vale destacar algumas características relevantes sobre os entrevistados: entre os Católicos,

Tabela 1: Categorias sobre ‘O que é o pecado’ segundo grupo religioso

CATEGORIA	CATÓLICOS (C = 120)		EVANGÉLICOS (E = 61)		SEM RELIGIÃO (SR = 42)	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Condutas contra entidades religiosas	24	12.06	33	31.43	4	6.15
Aspectos religiosos gerais	17	8.54	6	5.71	2	3.08
Condutas interpessoais	51	25.63	14	13.33	16	24.62
Crimes comuns/legislados	23	11.56	1	0.95	10	15.38
Condutas morais gerais	29	14.57	17	16.19	9	13.85
Estados subjetivos individuais	2	1.01	2	1.90	2	3.08
Consequências individuais	11	5.53	8	7.62	4	6.15
Sem autocontrole individual/social geral	20	10.05	10	9.52	4	6.15
Desvio a normas/regras favorável/ neutro	3	1.51	2	1.90	3	4.62
Desvio a normas/regras desfavorável	15	7.54	12	11.43	10	15.38
Aspectos socioculturais gerais	3	1.51	0	0.00	0	0.00
Não pecado	1	0.50	0	0.00	1	1.54
TOTAL	199	100	105	100	65	100

$\chi^2 = 52,484$; gl = 22; $p < 0,0003$.

Nosso objetivo foi conhecer as representações sociais do pecado segundo grupo religioso entre jovens estudantes do Ensino Médio em escolas públicas e verificar diferenças significativas nas representações entre os grupos. Nossa hipótese de que as representações sociais do pecado estão relacionadas à afiliação religiosa, se diferenciando nos grupos - em especial, entre os Evangélicos e os Sem Religião - foi confirmada pela pesquisa. Vale ressaltar que as respostas sobre ‘o que é pecado’ parecem ter gerado um autoquestionamento, por requererem uma definição mais elaborada e refletida, o que, talvez, tenha demandado maior responsabilidade dos participantes em relação às suas respostas.

80% decidiram pela religião atual até os 12 anos de idade; 69% reconhecem a família como influência religiosa; 84% seguem a religião escolhida pela família; e 23% praticam outra religião. Entre os Evangélicos, 33% decidiram pela religião atual até os 12 anos de idade; 43% reconhecem a família como influência religiosa; 33% seguem a religião escolhida pela família; e 7% praticam outra religião. Por fim, entre os Sem Religião, 40% têm famílias Católicas e 19% têm famílias Evangélicas. Esse resultado demonstra a forte e precoce influência que a família exerce sobre a opção religiosa dos jovens, especialmente entre os Católicos, evocando a concepção de Camargo (1971) sobre o catolicismo

tradicional. Possivelmente, a influência religiosa da família coopera tanto para a opção religiosa, quanto para formação dos valores dos jovens, orientando suas práticas religiosas e sociais em geral.

Houve pouca convergência segundo o grupo religioso, acontecendo apenas no tema “condutas morais gerais”. Isto nos remete à coação social colocada por Moscovici (1990), ou seja, à pressão – da qual a religião é sinônimo – que prescreve o que deve ou não ser feito em sociedade, podendo produzir efeito moral, como uma obrigação imposta para os outros e para as próprias pessoas. Além disso, só se pode falar em “consciência do pecado” se esta estiver apoiada na consciência moral (Vergote, 2001). Tal consciência moral parece emergir como um vínculo comum entre os grupos religiosos para representar o pecado.

Algumas díades grupais convergiram, como os Católicos e os Evangélicos – os cristãos – apesar da discordância mútua desses grupos de nomearem um ao outro com essa designação, visto que afirmar o cristianismo do outro grupo implica no reconhecimento de alguns objetivos comuns gerais que as instituições religiosas tentam não explicitar, reforçando suas fronteiras. O tema comum entre os Católicos e os Evangélicos foi “sem autocontrole individual/social geral”. Essa falta de controle parece ir de encontro à regulação que a religião representa, conforme Moscovici (1990), apontando, assim, a disponibilidade/demanda para/de controle externo. Deste modo, eles se afastam da responsabilidade pelos próprios atos. Em contraste, os Sem Religião tenderam a apresentar frequências mais baixas nesse tema, o que pode sugerir que este grupo busca um certo fortalecimento de sua autonomia, ou mesmo de uma diferenciação individual, obtida a partir de maior autocontrole psicológico. Sabemos que, demograficamente, os Sem Religião representam uma tendência numericamente menor na sociedade brasileira, o que exige um esforço individual maior para levar adiante tal decisão, inclusive com pouco apoio social. Contudo, supomos que tal posicionamento pode ter implicações políticas importantes, uma vez que rompe, até determinado ponto, com certa tendência histórica no país de encaminhar aspirações sociais para o âmbito religioso. Os Sem Religião compõem um grupo que merece mais estudos.

Outra díade grupal se formou entre Católicos e os Sem Religião no tema “condutas interpessoais”. Assim, a focalização na dimensão interpessoal parece ser um dos principais alvos e objetivos da representação social do pecado desses dois grupos, o que funcionaria mais como um sinalizador simbólico de metas sociais e políticas do que como um regulador propriamente religioso. Além disso, esse resultado pode decorrer

de uma idealização da vida familiar face às relações fora desse âmbito – já descritas pela Antropologia (DaMatta, 1997) – o que facilitaria a decepção e dúvida constantes entre os jovens participantes da pesquisa em suas interações interpessoais amorosas ou de amizade, mencionadas em suas representações sociais do pecado.

Nesse sentido, a representação social do pecado de Católicos e dos Sem Religião assume a forma indicada por Bezerra Junior (2001), ou seja, a da valoração hierárquica de comportamentos e atitudes. Todavia, possivelmente a moral que move essa valoração é diferenciada entre os grupos. Vale destacar que, embora os Sem Religião formem um grupo destacado, ele não está livre e separado da influência da religião – 59% dos pesquisados têm famílias religiosas – visto que, como nos diz Eliade (1992), os Sem Religião são descendentes do *homo religiosus*, mesmo nas sociedades mais dessacralizadas (o que não é o caso do Brasil). Mesmo assim, os não-religiosos já produzem representações diferenciadas dos demais grupos, como revelou a presente pesquisa.

Os Católicos se diferenciaram dos demais grupos religiosos em aspectos muito pontuais. Estes representaram o pecado como inserido na sociedade de forma geral e, generalizando, parecem reconhecer a instalação do ideário católico como sendo dominante e atravessando todas as instâncias da sociedade, como demonstra o tema que emergiu (“aspectos religiosos gerais”). Essa generalização é percebida desde a época do descobrimento, quando o Brasil se institucionalizou como um país católico. Apenas para exemplificar este fato, vale a pena ressaltar que o Brasil tem diversos feriados religiosos (católicos) nacionais e regionais, embora se afirme como um “Estado laico”, tendo instituído, inclusive, um feriado nacional dedicado à Nossa Senhora Aparecida, considerada como a “padroeira do Brasil”.

Assim, percebemos a atuação do projeto católico desde o descobrimento do Brasil, em que temos, na antiga “Família Patriarcal Rural”, um dos seus momentos mais marcantes desta dominação, onde a tríade “Patriarca - Propriedade – Igreja” era o sustentáculo da ideologia colonial. Ademais, entre as trocas que sustentavam essa relação, tínhamos a construção de igrejas nos latifúndios e nos povoados ao redor, e a destinação de um dos filhos da família patriarcal latifundiária para o exercício religioso (Costa, 1999). Como consequência da situação de ser não apenas institucionalizado, como também generalizado na sociedade, o catolicismo criou uma “ilusão de maioria”, que vem se desfazendo rapidamente nas últimas décadas com a expansão

de outras práticas religiosas e não-religiosas. Tais práticas têm mantido um padrão de foco cognitivo mais no “sentimento partilhado”, ou nas práticas, do que na doutrina, possivelmente em função da baixa escolarização da sociedade. Sobre este tema cabem mais pesquisas.

Por outro lado, os Evangélicos, como grupo emergente, se diferenciaram dos demais grupos religiosos no que diz respeito ao tema das “condutas contra entidades religiosas”. Entre eles, esta representação foi a que mais se aproximou da noção religiosa/teológica de pecado – o foco na relação entre o homem e Deus – e isso parece apontar para uma valorização do caráter religioso/espiritual. Já os Sem Religião se destacaram dos demais grupos religiosos nos temas “crimes comuns/legislados”, “desvio a normas e regras desfavorável” e “desvio a normas e regras favorável/neutro”, demonstrando uma certa indiferença quanto ao caráter negativo do pecado evidenciado pelos grupos religiosos. Isto nos parece um caminho para diferenciarem-se por meio do desvio. É bom lembrar que possivelmente muitos dos Sem Religião não dispõem de um embasamento ideológico/intelectual, nem de movimento/entidade organizados para consolidar socialmente sua posição/representação na sociedade, o que torna a sua experiência, no âmbito religioso, por assim dizer, mais solitária. Além disso, os Sem Religião parecem se apropriar da moral secularizada que, segundo Hesnard (1971), substituiu a transgressão da lei divina, dando lugar à transgressão da lei ética. Nesse sentido, a noção de pecado não desaparece, mas se converte, por exemplo, em crime (Menninger, 1975).

Nossa pesquisa revelou que o grupo minoritário (o dos Sem Religião) se diferencia dos demais grupos pela busca de uso/referência de conteúdos que tendem a diminuir em importância em relação àqueles mais relacionados à moral religiosa, representando o pecado a partir de outra perspectiva, fora do âmbito religioso. Trata-se de uma resistência ao projeto de limitar a regulação social às relações interpessoais, que serve mais para idealizar/cultuar aqueles grupos que podem/quero manter essa ética. Tal projeto majoritário (Cristão) mascara o caráter normatizador na relação com os grupos minoritários. Logo, os Sem Religião se assemelham aos grupos que Moscovici (1988) indica como estando em busca de emancipação política e cultural em relação aos grupos mais poderosos, o que também demonstra a dialética maioria-minoria.

A existência de referências a uma ética secular sugere uma menor importância e/ou enfraquecimento da formação religiosa em determinados grupos, visto que os ditames da moral religiosa parecem ter

sido reinterpretados, de tal modo que o componente religioso vai se apagando, dando lugar a outras regras existentes - a serem mais bem conhecidas – e estando mais perto de uma ética secularizada que se afasta cada vez mais dos padrões emanados pelas instituições religiosas. O pecado, junto das leis, das normas e dos costumes, assume um lugar na vida das pessoas e na maneira como elas se relacionam socialmente. A vida social é regulada, em parte, segundo o conhecimento de alguns grupos sobre o que é pecado, suas formas, suas manifestações, sua disseminação e suas consequências nas relações estabelecidas.

Acreditamos que a pesquisa contribuiu no sentido de colocar em questão o pecado como um objeto social que orienta práticas de diversos grupos (sobretudo num país predominantemente católico e também sincrético) e, inclusive, as práticas daqueles grupos que não professam crenças religiosas, mas convivem com os que as professam, visto que, como diz Moscovici (2005, p.19), “é difícil não considerar o lugar ocupado pela religião em nossa cultura, que dela está impregnada”. Faz-se necessário reconhecer essa impregnação da religião na cultura, cabendo maior investimento em pesquisa psicossocial sobre essa temática.

Agradecimento

Ao CNPq por financiar esta pesquisa com bolsa de estudos.

Referências

- Abric, J.-C. (1994). *Pratiques et représentations sociales*. Paris: P.U.F.
- Albuquerque, T. P. (2009). *A representação social de perfeição na memória das personalidades do Espiritismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Araújo, M. C. R. (2005). *Santo Daime: memória e representações nas práticas sociais*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Araújo, M. C. R. (2007). O santo daime: sonhos, lutas e fé no Brasil contemporâneo. In J. Vilhena & M. H. Zamora (Orgs.), *A cidade e as formas de viver 2: religiões, fé e fundamentalismos* (pp.153-175). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Araújo, M. C. R. & Castro, R.V. (2007). Por uma psicossociologia das experiências religiosas. In *Anais eletrônicos da V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. Brasília, DF. Acesso em 18 de abril, 2009, em http://www.gosites.com.br/vjirs/adm_trabalhos_ver2.asp?arq=VJIRS_0093_0003.PDF&perm=com

- Bardin, L. (2002). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977)
- Barembliitt, G. F. (1996). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Bello, R. A., Sá, C. P., & Jodelet, D. (1997). A representação social e a eficácia das práticas de cura na Umbanda e afins no Rio de Janeiro. In A. V. Zanella et al. (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 246-254). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Bezerra Junior, B. (2001). Avareza. In E. Yunes & M. C. L. Bingemer (Coords.), *Pecados* (pp. 32-43). Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola.
- Camargo, C. P. F. (1971). *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo: Edições CEBRAP.
- Carizio, W. G. (2002). Mecanismos ideológicos e Religião: implicações e contradições. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica e norma familiar* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Original publicado em 1979)
- DaMatta, R. (1997). *A casa e a rua* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: P.U.F.
- Durkheim, E. (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1912)
- Durkheim, E. (2004). *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone. (Original publicado em 1924)
- Eliade, M. (1992). *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1957)
- Gomes, A. M. A. (2004). As representações sociais e o estudo do fenômeno do campo religioso. *Ciências da religião – história e sociedade*, 2(2), 53-60.
- Guareschi, P. (2002). “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em Representações Sociais* (7ª ed., pp. 191-225). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1995)
- Guareschi, P. (2004). Processos psicológicos na representação religiosa. In G. J. Paiva & W. Zangari (Orgs.), *A representação na religião: perspectivas psicológicas* (pp. 161-177). São Paulo: Edições Loyola.
- Hesnard, A. (1971). *Moral sem pecado* (R. R. Junqueira, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1954)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2002). *Censo demográfico 2000: resultado do universo* [Base de dados em CD]. Rio de Janeiro: Autor.
- Lima, L. V. (2004). *Agentes de Deus: representações sociais de psicólogos cristãos na prática terapêutica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lima, L. V. (2007). Agentes de Deus: representações sociais de psicólogos cristãos na prática terapêutica. In J. Vilhena & M. H. Zamora (Orgs.), *A cidade e as formas de viver 2: religiões, fé e fundamentalismos* (pp.101-130). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Lindeman, M., Pyysiäinen, I., & Saariluoma, P. (2002). Representing God. *Papers on social representations*, 11, 1.1-1.13.
- Mariosa, G. S. (2007). *Memória e Representações Sociais de práticas religiosas de matriz africana*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Menninger, K. (1975). *O pecado de nossa época* (C. Lispector, Trad.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1984a). Préface. In C. Herzlich, *Santé et maladie: analyse d'une représentation sociale* (pp. 7-12). Paris: Éditions de l'école des hautes études en sciences sociales.
- Moscovici, S. (1984b). The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. *Social research*, 51, 939-967.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211-250.
- Moscovici, S. (1989). Preconditions for explanation in social psychology. *European Journal of Social Psychology*, 19, 407-430.
- Moscovici, S. (1990). *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago.
- Moscovici, S. (1993). *La era das multitudes: un tratado histórico de Psicología de las masas*. México: Fondo de Cultura Económica. (Original publicado em 1981)
- Moscovici, S. (2005). Sobre a subjetividade social. In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 11-62). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Neves, A. S., Pereira, A. L., & Castro, G. B. (2007). Estudo de representações sociais de crianças e adolescentes abrigados sobre religião: o procedimento de desenho-estórias com tema e a apreensão da subjetividade grupal. In *Anais eletrônicos da V Jornada Internacional de Representações Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. Brasília, DF. Acesso em 18 de abril, 2009, em http://www.gosites.com.br/vjirs/adm_trabalhos_ver2.asp?arg=VJIRS_0276_0318.PDF&perm=com
- Paiva, G. J. (1999). Representação social da religião entre docentes-pesquisadores universitários. *Psicologia USP*, 10(2), 227-239.
- Pierucci, A. F. de O. (1978). *Igreja: contradições e acomodação – ideologia do clero católico sobre a reprodução humana no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP.
- Pinto Sobrinho, G. & Madeira, M. C. (2005). Representações sociais de sagrado/profano e suas implicações nas relações e práticas grupais [CD]. In *Anais eletrônicos da IV Jornada Internacional de Representações Sociais e II Conferência Brasileira sobre Representações Sociais* (pp.304-318). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Queirós, M. I. P. (1969). O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Dominus/Edusp.
- Rocha, J. C. C. & Souza Filho, E. A. (2005). Discurso religioso e família: as representações da religião e dos pais entre adolescentes evangélicos [Resumo]. In ULAPSI (Org.), *Anais eletrônicos do I Congresso Latino-Americano De Psicologia – ULAPSI*. São Paulo, SP: ULAPSI. Acesso em 18 de abril, 2009, em http://www.ulapsi.org/cdrom/portugues/autor_4.php?uid=1101&tipo=PESQ&codigo=1468
- Rocha, J. C. C. & Souza Filho, E. A. (2007). Opção religiosa: um estudo de Representações sociais. In *Anais eletrônicos da V Jornada Internacional de Representações*

Sociais e III Conferência Brasileira sobre Representações Sociais. Brasília, DF. Acesso em 18 de abril, 2009, em http://www.gosites.com.br/vjirs/adm_trabalhos_ver2.asp?arq=VJIRS_0385_0355.PDF&perm=com

Sá, C. P., Bello, R. A., & Jodelet, D. (1998). Condições de eficácia das práticas de cura da Umbanda: a representação dos praticantes no Rio de Janeiro. *Psicologia e Sociedade*, 10(1), 128-144.

Sodré, O. (2003). Testemunhos sobre a alteridade: representação e experiência no diálogo interreligioso [CD]. In *Anais eletrônicos da III Jornada Internacional de Representações Sociais e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais* (pp.864-881). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Vergote, A. (2001). Processos psicológicos – vergonha, sentimento de culpa – e sentido bíblico do pecado em particular em Romanos 7. In G. J. Paiva. (Org.), *Entre necessidade e desejo: diálogos da Psicologia com a religião* (pp. 127-157). São Paulo: Edições Loyola.

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha é Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Pós-Doutorando em Psicologia no PPG em Psicologia da UFRRJ com bolsa PNPd/CAPES.

Atualmente está participando de pesquisas nas áreas de Psicologia Comunitária, Psicologia Social, História da Psicologia e Avaliação de Políticas Públicas com os temas história da psicologia comunitária, religião, desigualdade social, comunidade, educação e cidadania. Endereço: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha. Urca. Rio de Janeiro/RJ, Brasil. CEP 22290-240. E-mail: juliopsicorocha@hotmail.com

Edson Alves de Souza Filho é Doutor em Psicologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. É professor do Programa Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Atualmente, leciona e pesquisa em representações sociais, influência social, relações intergrupais, análise de conteúdo, entre outros campos. E-mail: edsouzafilho@gmail.com

Como citar:

Collares-da-Rocha, J. C. C. & Souza Filho, E. A. (2014). Representação social do pecado segundo grupos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 235-244.

Recebido em: 01/04/2011

Revisão em: 11/04/2012

Aceite em: 15/05/2012